

ESTADO E TRABALHO NA SEGUNDA REPÚBLICA RUANDESA DE JUVENAL HABYARIMANA

STATE AND WORK IN THE SECOND RWANDA REPUBLIC OF JUVENAL HABYARIMANA

Danilo Ferreira da Fonseca¹

Resumo: O presente artigo busca entender como se deram as relações entre o Estado ruandês da Segunda República Ruandesa (1973 – 1994) e as formas de trabalho que o povo ruandês exerceu neste período, principalmente na produção de café. Para atingir tais objetivos foram utilizados no decorrer do artigo diversos pronunciamentos e mensagens presidenciais, além de dados da produção agrícola ruandesa.

Palavras-chave: Ruanda, Trabalho, Estado.

Abstract: This article seeks to understand how have relations between the state of the Second Republic of Rwanda (1973 - 1994) and forms of work that the Rwandan people served during this period, mainly in coffee production. To achieve these objectives were used throughout the articles everal presidential speeches and messages, and data Rwandan agricultural production.

Keywords: Rwanda, Work, State.

Em 1994, Ruanda – um pequeno país da África Central – passou por um dos maiores genocídios do século XX, em pouco mais de cem dias, algo em torno de 500 mil e um milhão de ruandeses denominados tutsis e hutus moderados foram mortos por seus vizinhos de longa data. Ao contrário de outros genocídios significativos do século XX, como o armênio e o Holocausto, as ações genocidas não eram realizadas por agentes diretamente atrelados ao Estado e com meios desenvolvidos para tal finalidade, mas sim, por cidadãos comuns que fizeram da sua principal ferramenta de trabalho – o facão – uma arma de eficiência impar.

O genocídio se iniciou assim que a notícia da morte do então presidente General Juvenal Habyarimana, em um atentado ao seu avião presidencial, se espalhou pelo país, fazendo com que parte da população entendida como hutu buscasse acabar com a população entendida como tutsi e também aqueles hutus contrários ao regime do general Habyarimana.

O início do genocídio a partir da morte de Habyarimana é bastante significativo para este processo, uma vez que a sua execução está

intimamente atrelada à chamada Segunda República Ruandesa, um período de vinte anos que consolidou a sociedade ruandesa que cometeu o genocídio e tem como figura mais emblemática o General Juvenal Habyarimana que vai governar Ruanda a partir de uma ditadura de partido único.

Um dos pontos fundamentais da Segunda República Ruandesa que mais colaborou com a participação massiva da população de Ruanda foi a sua impar lealdade ao trabalho, principalmente ao trabalho do campo. Durante a década de 1990, o trabalho campestre era algo central na vida dos ruandeses. Cortar os bananais e cultivar os cafezais fazia parte da identidade ruandesa (principalmente hutu).

Esta centralidade social baseada num árduo trabalho no campo foi paulatinamente implementada na Segunda República Ruandesa, colaborando para que a partir de abril de 1994 uma parte considerável dos camponeses ruandeses deixassem de trabalhar em suas pequenas propriedades, para começarem um novo trabalho: o genocídio. Podemos perceber esta concepção do genocídio como um trabalho qualquer na própria fala dos camponeses que participaram das ações

¹Doutorando em História Social pela PUC-SP, e professor colaborador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Contato: daniloffonseca@gmail.com

genocidas, conforme nas seguintes falas de Adalbert, Clementine e Ignace:

Antigamente, quando voltávamos das lavouras, em geral não encontrávamos quase nada na panela (...).[durante as matanças] Quando voltávamos dos pântanos, pegávamos nos cabarés de Kibungo alguns frangos assados, pernis de vaca e bebidas, para compensar o cansaço. Com esse novo trabalho, estávamos transbordantes de vida. Não temíamos ficar esgotados de tanto correr pelos pântanos. E se no trabalho tivéssemos sorte, ficávamos alegres. (...) As preocupações tinham nos abandonado.”²

“Os homens partiam sem saber o que seria o cansaço do dia. Mas sabiam o que iam recolher no caminho. Voltavam com o rosto fatigado, mas sorridentes, faziam brincadeiras como nas temporadas de boas colheitas. Pelo jeito deles, via-se que levavam uma vida excitante.”³

“As matanças podiam dar muita sede, muito cansaço e, volta e meia, muita repugnância. Mas eram mais frutíferas do que as lavouras. Sobretudo para quem possuía um terreno pequeno ou uma terra árida. Durante as matanças, qualquer um que tivesse braços fortes levava para casa tanto quanto um negociante de renome. (...) As esposas ficavam satisfeitas com tudo o que aquilo rendia. (...)

Nós nos levantávamos ricos, nos deitávamos de barriga cheia, levávamos uma vida de fartura. A pilhagem é mais lucrativa do que a colheita, já que todos lucram de forma equânime.”⁴

Podemos observar que o genocídio se tornou um trabalho comum, só que mais produtivo e rentável, que só “volta e meia” trazia repugnância, mas mesmo assim era mais um trabalho a ser realizado, a passagem de um trabalho do campo para o trabalho genocida se deu de um modo tranquilo, porém complexo.⁵

Desta forma, o presente artigo se questiona como esta relação com o trabalho se iniciou na Segunda República Ruandesa? E mais

especificamente: qual a participação e intenções do Estado (figurado no General Juvenal Habyarimana) neste processo?

A disputa pela terra e sua função social no processo histórico ruandês

Ruanda possui um processo histórico estreitamente atrelado à posse da terra, assim como a sua função social e produtiva. Até a colonização Belga se iniciar efetivamente na região de Ruanda-Burundi na década de 1930, a posse da terra estava ligada ao poder do *Nwami*, uma espécie de monarca local que detinha o domínio político, distribuindo as terras da região a outros aristocratas. Neste momento a produção local era baseada numa agricultura de subsistência, destinada ao conjunto da população, coexistindo também com uma pecuária extensiva, que era reclusa à população mais nobre vinculada ao *Nwami*.

Apesar de uma crescente produção de gado, não havia neste momento uma necessidade de se produzir excedentes para a troca, apesar desta produção fornecer o tradicional consumo leite e sangue animal, a principal função desta produção era exercer uma diferenciação social na posse da terra, ou seja, apenas aqueles destinados a possuir a terra tem o poder de acumular e condições de possuir gado, enquanto que o restante da sociedade deve viver apenas da subsistência.

Porém, com uma participação mais efetiva da colonização belga, uma série de práticas sociais e valores tradicionais da sociedade ruandesa pré-colonial foram paulatinamente transformadas. Os aristocratas locais atrelados ao poder colonial viram na produção de excedentes agrícolas, principalmente o café, a possibilidade de se aproximar do mundo ocidental, já que a resistência local a este novo modo de vida foi rapidamente exterminado (inclusive com a troca da figura do *Nwami*). Mas, mesmo com estas transformações sociais que a colonização promoveu, parte dos costumes ruandeses permaneceram – como a necessidade social de acumular gado – desta forma, as terras destinadas a produção de excedentes

²Depoimento do hutu Adalbert, in: HATZFELD, *Uma temporada de Facões*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 71.

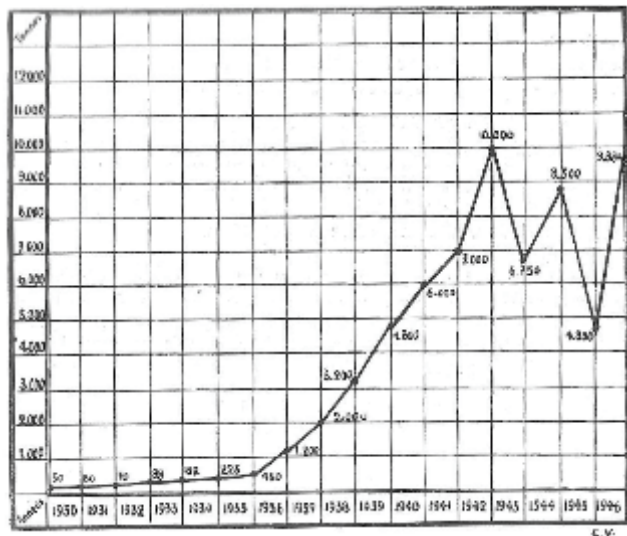
³Depoimento do hutu Clémentine, in: HATZFELD, opus cit., p. 75.

⁴Depoimento do hutu Ignace, in: HATZFELD, opus cit., pp. 74-75.

⁵Para mais informações acerca deste processo de transformação do trabalho, ver FONSECA, 2010.

agrícolas não foram aquelas reservadas para a pastagem do gado, mas sim as que deveriam servir para a produção da subsistência do restante da população local. Podemos observar no gráfico abaixo, retirado de uma análise etnográfica da década de 1940 do antropólogo Everaerts, a crescente produção de café durante a colonização belga.

Diagrama da produção indígena de Café:



Fonte: EVERAERTS, E. *Monographie Agricole du Ruanda-Urundi*, Bruxelas, Direction de l'Agriculture et de l'évage, 1947. p 82.

Sendo assim, o tradicional equilíbrio das terras ruandesas destinadas ao acúmulo de gado pelos aristocratas e à produção de alimentos pelo restante da população é quebrada e não demorou para que a população reivindicasse mudanças sociais.

Tais mudanças só viriam em 1959 com a chamada "Revolução Hutu"⁶, quando a população sem acesso aos meios de produção e reprodução da vida decidiu tomar para si a posse das terras, e consumir gado dos aristocratas, expulsando-os do país. Desta forma, Ruanda voltou por um curto espaço de tempo a ser um país com a produção baseada na subsistência local.

Neste breve período, Ruanda passou por transformações profundas; as grandes propriedades acabaram, a partir de uma gigantesca reforma agrária⁷, e buscou-se um maior desenvolvimento dos pequenos centros urbanos. Porém, o novo Estado ruandês da Primeira República Ruandesa (1962-1973), sem estruturas políticas e econômicas claras, não conseguiu se estabelecer, deixando a população suscetível a fome e conflitos armados.

O Estado ruandês só vai conseguir se fazer presente e adquirir um certo vínculo com a população local (principalmente camponesa) a partir da Segunda República Ruandesa.

Estado e trabalho na Segunda República Ruandesa (1973 – 1994)

O golpe de estado executado pelo General Juvenal Habyarimana em 1973 evidencia uma nova cisão na sociabilidade ruandesa e em seu modo de vida, que perduraria até o início da década de 1990 com a abertura política decorrente à Guerra Civil, e tem fim definitivo com a morte de Habyarimana em abril de 1994, encerrando 21 anos da Segunda República e iniciando os cem dias de genocídio.

Este período também denominado como republicano foi, na verdade, uma ditadura pautada em seu único partido, o Movimento Republicano Nacional pela Democracia (MRND), que era centrado na figura do General Habyarimana.

Enquanto que no período denominado Primeira República Ruandesa o presidente Kayibanda buscou se alinhar a setores sociais urbanos, e aos segmentos populares, particularmente os trabalhadores rurais, os quais proporcionou acesso a terra por meio da reforma agrária, com Habyarimana se mantém a ênfase na produção, mas se isolam os profissionais liberais das pequenas cidades ruandesas. Habyarimana nos evidencia esta centralização do campo em detrimento dos meios urbanos em um de seus pronunciamentos:⁸

⁶Apesar da Revolução levar o nome dos hutus, uma parte significativa de tutsis (principalmente os "petit tutsis") participaram ativamente da revolução.

⁷Na década de 1990, Ruanda já possuía algo em torno de um milhão de pequenas propriedades, mesmo sendo menor que o estado de Sergipe

⁸Os pronunciamentos de Habyarimana eram frequentes e versavam acerca de uma série de temáticas que envolvem Ruanda em seu tempo e em sua História. No presente artigo foram selecionados apenas alguns que são representativos para entender a relação de governo com o trabalho camponês, com discursos da década de 1970 e 1980.

(...) o trabalho manual, especialmente o agrícola, é a base de nossa economia. Nós queremos reiterar que a agricultura continuará como a base essencial de nosso sistema econômico pelos anos que virão. Com o intuito de atrair a população ruandesa para esta realidade. Nós nomeamos o ano de 1974 como o ano para a agricultura e o trabalho manual. (...) Lembrem que este é o caminho que queremos combater esta forma de burguesia intelectual e devolver todos os tipos de valores do trabalho físico.⁹ [tradução própria]¹⁰

Em sua fala, ao colocar e valorizar o trabalho físico e a agricultura acima de outras formas de produção, nomeando o ano de 1974 como o ano da agricultura e do trabalho manual, Habyarimana tece críticas à oposição e ao governo anterior de Kayibanda colocando-os como uma “*burguesia intelectual*” que supostamente não daria o devido valor aos camponeses ruandeses que compunham a esmagadora parte da população.

A ênfase no trabalho do camponês é visível em vários discursos e pronunciamentos do presidente Habyarimana. O que seu Governo queria era “*dar de volta o valor real do trabalho e do rendimento individual. Porque, dizemos novamente, aquele que se recusa a trabalhar é nocivo para a sociedade*”¹¹. Ou seja, apenas o trabalho braçal ajudaria Ruanda, que, segundo Habyarimana, só seria “*construída pelo suor na nossa face e não por especulações inúteis*”¹², em mais uma crítica à setores urbanos que haviam participado ativamente do governo anterior.

Assim, ante o desemprego e a carência de alimentos que assolava o país, agravados pela falta

de ganhos financeiros para equilibrar a balança comercial, a estratégia política foi a de incentivar a volta das pessoas, que estavam nas zonas urbanas, para o campo, conforme podemos observar no seguinte pronunciamento presidencial:

Se for verdade que o primeiro objetivo de uma economia nacional é o de ser capaz de alimentar o país, a serviço daqueles que trabalham e se organizam, e se é verdade que a prioridade de Ruanda é apenas construir a economia nacional em torno deste importante imperativo, ou seja, dar-lhe uma base sólida a fim de lhe permitir responder a esta exigência fundamental, alguém deve ser absolutamente capaz de identificar claramente os principais fatores que a nossa economia necessita para atingir o objetivo de uma auto-suficiência alimentar bem entendida.¹³ [tradução própria]¹⁴

Nesta fala Habyarimana coloca a agricultura como responsável pelo “*primeiro objetivo de uma economia nacional*”, que seria o de alimentar a população que serve ao país, valorizando, mais uma vez, o trabalho e o papel dos camponeses para Ruanda; associando a necessidade do desenvolvimento a um ideário altruísta, porque estaria voltado para salvar a pátria, tornando-a auto-suficiente. Até mesmo outros fatores econômicos estariam sujeitos às produções do camponês, extrapolando sua função básica de garantir a subsistência do país, como podemos ver no seguinte pronunciamento, também presidencial:

Na sua política de promoção e gestão das indústrias de exportação, o governo

⁹Doc.: Mensagem do Presidente, Major-General Juvenal Habyarimana, 1 maio de 1974. in: WERWIMP, Philip. *Development, the Peasantry and genocide: Rwanda represented in Habyarimana's speeches*, GSP Working Paper, nº 13, 1998, p. 1.

¹⁰No original: “Manual labor, especially agricultural labor is the basis of our economy. We want to repeat that agriculture will stay the essential base of our economic system for the years to come. (...) In order to attract the attention of the Rwandan population for this reality. We have named the year 1974 the national year for agriculture and manual labor. (...) Remember that this is the way we want to fight this form of intellectual bourgeoisie and give all kinds of physical labor its value back.”

¹¹WERWIMP, Philip. *Development, the Peasantry and genocide: Rwanda represented in Habyarimana's speeches*, GSP Working Paper No. 13, 1998 p.14

¹²WERWIMP, Philip. opus cite, p.27

¹³Doc.: Discurso do Presidente Juvenal Habyarimana intitulado “Juventude e Desenvolvimento” de 21 de maio de 1986 in: WERWIMP, Philip. *Development, the Peasantry and genocide: Rwanda represented in Habyarimana's speeches*. GSP Working Paper, nº 13, 1998 p. 12.

¹⁴No original: If it is true that the first objective of a national economy is to be able to feed the country at the service of the one's it works for and is organized for, and if it is true that the priorities of Rwanda is just to build the national economy around this major imperative, meaning to give it a solid base to allow it to respond to this fundamental demand, one must absolutely be able to identify clearly the key factors our economy needs in order to attain the objective of a well understood food self-reliance.

sempre toma cuidado com as famílias camponesas, sendo elas a força produtiva essencial de nosso país, através da entrega garantida de determinados rendimentos, a fim de melhorar seu padrão de vida regular.¹⁵ [tradução própria]¹⁶

Ou seja, por um lado, com as reformas promovidas pelo governo anterior havia-se rompido uma cadeia produtiva que gerava divisas com as exportações de café e de outros produtos secundários, com as quais se importava produtos básicos para a população. Com a reforma agrária e as outras medidas, ocorre a queda da produção para exportação e, portanto, a diminuição da entrada de divisas, enquanto a premência de ampliar a importação de alimentos e produtos básicos para o consumo interno se acentuava com o crescimento da população urbana.

A manutenção desta ordem de fatores que, de fato, haviam provocado a queda do governo anterior, leva o novo governo a tentar transferir para os pequenos produtores a função social de revitalizar a economia do país:

É o camponês ruandês que faz Ruanda viver. Porque a moeda estrangeira que temos para as nossas importações, é por causa do café, por causa do chá, devido à exportação de peles de animais, aí você pode enxergar o papel do camponês, do agricultor.¹⁷ [tradução própria]¹⁸

Esperava-se também que as pequenas propriedades fossem capazes de gerar uma produção de café suficiente para ser exportada, conforme o próprio Habyarimana aponta acima, revitalizando-se assim o círculo anterior de entrada de divisas capazes de cobrir os custos das importações.

Nesta lógica caberia agora aos proprietários de pequenos lotes de terras, que no período colonial haviam sido reduzidos à condição de trabalhadores rurais super explorados, a responsabilidade de reativar a economia nacional.

Para o desenvolvimento desta política Habyarimana se apóia fundamentalmente em setores comerciais da sociedade ruandesa para a qual a produção exportadora era fundamental. No entanto, a ausência de incentivos e as necessidades de produção para o consumo imediato do pequeno agricultor proprietário os fazem priorizar as antigas culturas de subsistência, como os legumes, cereais, mandioca e tubérculos em geral, deixando a produção de café para um segundo plano. Ou seja, não se viabilizam as condições para exportação, acentuando a crise crônica que afetava a população em geral. Se no regime anterior à independência do país o trabalhador rural e o urbano não usufruíam dos proventos advindos da exportação, dada a concentração de recursos e os custos da condição de colônias, agora já não existe riqueza a ser partilhada ou para cobrir as necessidades básicas.

Na tabela seguinte, podemos ver o quanto de terra era destinada pelos camponeses à produção de cada grupo de produtos agrícolas:

Distribuição por hectares de grupos agrícolas, 1990

Grupos agrícolas.	
Legumes	172, 345
Cereais	126, 218
Tubérculos	202, 165
Bananas	200, 285
Vegetais	22, 244
Café	59, 215
Área total cultivada	782, 470

Fonte: relatórios da FSRP e DAS (2003)¹⁹

¹⁵ **Doc.:** Discurso do Presidente Juvenal Habyarimana na ocasião do 5 julho, 1984, in: WERWIMP, opus cit., p. 13.

¹⁶ No original: In his policy of promotion and management of the export industries, the government always takes care of the peasant families, being the essential productive forces of our country, by delivering a guaranteed and certain income in order to improve their standard of life regularly.

¹⁷ **Doc.:** Entrevista do Presidente Juvenal Habyarimana a Televisão Suíça, em 29 de janeiro de 1988, in: WERWIMP, Philip. Development, the Peasantry and genocide: Rwanda represented in Habyarimana's speeches. GSP Working Paper No. 13, 1998 p. 26.

¹⁸ It is the Rwandan peasant that makes Rwanda live. Because the foreign currency we have for our imports, is because of the coffee, because of the tea, because of the export of furs, there you can see the role of the peasant, the farmer the cultivator.

¹⁹ **Doc.:** Rwanda Food Security Research Project/MINAGRI. *Changes in Allocation of land holdings, Production and farm size in the Rwandan smallholder Sector over the period 1984/1990 to 2002*. 21 de março de 2003. Retirada de um relatório do Ministério da Agricultura de Ruanda (MINAGRI) produzido em 2003.

Nesta tabela destacam-se como produtos majoritários a banana e os tubérculos, principalmente, a mandioca. Philip Verwimp (1998) demonstra que quase toda esta produção ainda hoje vai para o consumo interno, sendo que Ruanda possui uma vasta quantidade de bens variados derivados destes produtos, como, por exemplo, a cerveja de banana.²⁰

Mas, durante a Segundo República Ruandesa, o pequeno campônio produzia basicamente para si, executando trocas simples com o produto excedente, nas pequenas cidades de sua região, enquanto aumentava consideravelmente a produção de bananas que ultrapassava a de café em toneladas.

Ainda assim o principal produto de exportação continuou sendo o café, representando na década de 1980 quase 80%²¹ das exportações do país e sendo produzido em 55%²² das pequenas propriedades ruandesas, embora nem todas possuíssem condições naturais para tal produção.²³

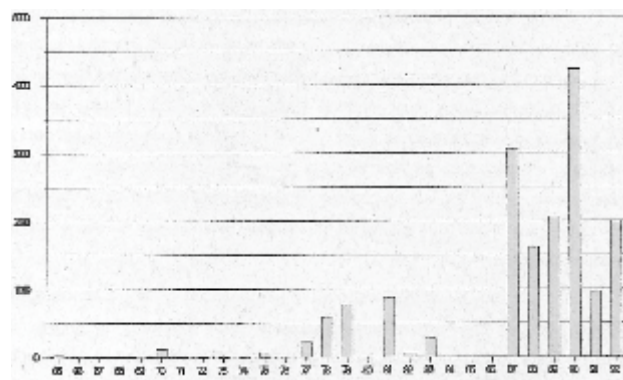
Assim, apesar de não possuir uma produção em toneladas equivalente à produção de bananas, o preço que o quilo do café atingia no mercado internacional compensava esta diferença no peso bruto dos dois produtos, já que o quilo da banana variava entre 4,00 e 8,00 FRw, enquanto que o quilo do café variava entre 100,00 e 120,00 FRw.²⁴

Este preço elevado do produto e sua produção para a exportação evidência porque Habyarimana aponta o café como fundamental para a economia ruandesa, o que resulta em uma série de atitudes e ações especiais por parte do governo visando ampliar esta produção. Efetivamente, durante o período em que Habyarimana governou Ruanda, a participação do Estado na produção de café aumentou significativamente. As propriedades capazes de produzi-lo receberam subsídios para investir nesta

produção, seja visando assegurar o preço para a exportação deste produto no mercado internacional, seja fornecendo pesticidas e outros produtos para a produção de um melhor grão.

No gráfico abaixo, retirada do trabalho “Buscando o equilíbrio entre a agricultura e tratado político: A política ruandesa do café em discussão”,²⁵ escrito em 1996 pela Universidade de Michigan, podemos ver quanto o governo ruandês de Habyarimana investiu neste setor produtivo:

Despesa governamental anual de Ruanda para apoiar os produtores de café.(1965–1992)



Fonte: CORCAFE, Relatórios anuais.

Observa-se que a partir de 1973 o governo aumenta significativamente o subsídio para esta produção, ainda mais no final da década de 1980, quando a brusca desvalorização internacional do café²⁶ os obriga a um investimento governamental sem precedentes para se manter a produção, o custo das exportações e a competitividade da produção ruandesa no mercado mundial.

Porém, não foi apenas com o subsídio financeiro que o governo de Habyarimana buscou manter estável a produção cafeeira – o que, inclusive, ele chamou anteriormente de “entrega garantida de determinados rendimentos”.

²⁰WERWIMP, op. cit., p. 30.

²¹TARDIF-DOUGLIN, David, NGIRUMWAMI, Jean-Léonard, SHAFFER, Jim, MUREKEZI, Anastase, KAMPAYANA, Théobald. *Finding the balance between agricultural and trade policy: Rwanda coffee policy in flux*. Michigan, MSU International development, Working Paper No. 59, 1996. p. 1

²²Doc.: Changes in allocation of land holdings, production and farm size in the Rwandan Smallholder Sector over the period 1984/1990 to 2002, 2003, Rwanda food Security Research Project/ MINAGRI, p 2.

²³Entre outras características, o café necessita de médias temperaturas, umidade e altitude, como também, um solo fértil.

²⁴Doc.: Sources of agricultural household revenue, exports, and their Impact on food Availability in rural Rwanda: Agricultural year 1990, Ministry of Agriculture and Livestock., july 1992. p. 3.

²⁵TARDIF-DOUGLIN, David, NGIRUMWAMI, Jean-Léonard, SHAFFER, Jim, MUREKEZI, Anastase, KAMPAYANA, Théobald. *Finding the balance between agricultural and trade policy: Rwanda coffee policy in flux*. Michigan, MSU International development, Working Paper n° 59, 1996.

²⁶TARDIF-DOUGLIN, opus cit., p. 9.

Os camponeses que cortassem, destruíssem, ou negligenciassem as árvores de café de sua própria propriedade eram punidos conforme previa o código penal ruandês. Os camponeses também estavam impedidos legalmente de cultivar algumas espécies de produtos, sendo obrigados a utilizar métodos específicos em sua produção, e também de circular livremente pelo país, sendo-lhe vedado mudar ou ir para cidades fora de sua região.²⁷ Além disso, foram obrigados a vender a sua própria produção de café por um determinado preço fixo para empresas monopolistas de exportação.²⁸

As obrigações e funções que o camponês ruandês possuía com a produção do café iam além das coerções legais, voltando-se também para a cooptação ideológica dos pequenos produtores. Como vimos anteriormente nos pronunciamentos de Habyarimana, enfatiza-se a transmissão de uma mensagem valorizando e incentivando constantemente o trabalho e a produção, aquele que não participasse desta lógica seria uma pessoa “nociva à sociedade”.

Esta ideologia do trabalho em Ruanda, de que o país deveria ser construído “com o suor no rosto e não com especulações inúteis” conforme diz o presidente Habyarimana, ou seja, com o trabalho e não com discussões políticas, fazia com que coubesse ao camponês produzir cada vez mais dentro de sua propriedade. Tal discurso era fortemente apoiado por instituições políticas e a também pela Igreja Católica.

Esta lógica social levou Ruanda a ter um gigantesco avanço econômico, que se expressa no crescimento de sua economia em momentos posteriores ao golpe de Habyarimana, passando em apenas quinze anos de uma economia de pouco menos de trezentos milhões de dólares para algo em torno de dois bilhões e meio de dólares, num crescimento de 800% em menos de duas décadas.²⁹

Porém, as péssimas condições de vida da população ruandesa, continuaram neste período, e as palavras de incentivo a produção do General Habyarimana não se cumpriram numa melhor qualidade de vida para os camponeses. Quem acabou ganhando com este incentivo ao trabalho

realizado pelo Estado foram os setores que comercializavam o excedente dos camponeses, principalmente de café.

No entanto, a queda do preço do café no mercado internacional, no final da década de 1980, fez com que o governo de Habyarimana acirrasse os subsídios à produção de café, garantindo os lucros dos comerciantes, enquanto que diminuía o investimento direto na população. Todas estas medidas nada mais fizeram do que potencializar os conflitos internos de Ruanda, já que não eram suficientes para sustentar o modo de se fazer na vida proposto pela Segunda República Ruandesa. De qualquer modo, devido a grande cooptação ideológica, a grande maioria dos camponeses fica atrelada à Habyarimana, enxergando nele uma defesa de seus interesses enquanto grupos rurais.

Considerações finais

Pudemos perceber no decorrer do presente artigo que os discursos do Estado durante a Segunda República Ruandesa eram voltados para um constante incentivo ao trabalho rural, desqualificando aqueles que não seguissem essa atividade, colocando-os como pessoas nocivas à sociedade. Além deste incentivo ao trabalho, o Estado ruandês também promulgou no período estudado uma série de leis e incentivos econômicos para garantir e estabilizar a produção cafeeira no país.³⁰ Porém, os camponeses não eram os beneficiados com estas ações, mas sim aqueles que comercializavam o café no mercado internacional.

O incentivo do Estado ruandês de Juvenal Habyarimana para que os ruandeses se voltassem ao trabalho tinham como objetivo dar respaldo ideológico e também legal à subordinação do produtor ao comerciante, consolidando leis que obrigavam o primeiro a vender o café pelo preço fixado pelo comerciante proprietário de uma empresa monopolista que, neste intercâmbio comercial, obtinha os ganhos financeiros da produção cafeeira.

²⁷TARDIF-DOUGLIN, opus cit., p. 19.

²⁸WERWIMP, Philip. *Development, The Peasantry and genocide: Rwanda represented in Habyarimana's speeches*. EUA: GSP, Paper nº 13, 1998, p. 29.

²⁹Informações disponíveis no site do Banco Mundial: <http://data.worldbank.org/country/rwanda>

³⁰Ver: WERWIMP, Philip. *Development, the Peasantry and genocide: Rwanda represented in Habyarimana's speeches*. GSP Working Paper No. 13, 1998 p. 26.

Desta forma, a relação entre o Estado e o trabalho dos camponeses se deu de modo à praticamente transformar estes camponeses e suas propriedades em força de trabalho compulsória para outros setores sociais.

Artigo recebido em 03.05.2011.
Artigo aprovado em 15.12.2011.